

## Apresentação

É comum ouvirmos por parte de grande parcela do pensamento filosófico atual que o pensamento moderno está superado. Tanto as chamadas filosofias pós-modernas quanto as antimodernas – sejam as que buscam a superação do pensamento moderno, sejam as que o rejeitam em absoluto – identificam na modernidade problemas e aporias insolúveis que, legados ao mundo contemporâneo, foram responsáveis por grande parte de nossas mazelas, dos regimes totalitários ao mecanicismo e tecnicismo da vida humana, da destruição da natureza à rejeição do corpo, do eurocentrismo ao universalismo moral e epistêmico que leva ao apagamento de outras formas de viver a vida e conhecer o mundo. Contudo, ao tomarem a parte pelo todo, e inventarem uma modernidade unívoca, relegam o pensamento moderno a alguns clichês que, universalizados, acabam suprimindo toda a pluralidade de manifestações que, ao longo de centenas de anos, produziu obras, problemas, conceitos e discussões que nos chegam até hoje e, cada vez mais, conversam conosco.

Outra crítica comumente feita a quem se interessa pela filosofia moderna é uma crítica feita à própria história da filosofia, como se esta fosse apenas uma coleção – como a de um museu – estática que não nos diz mais respeito, sendo mera curiosidade infecunda o seu estudo mais aprofundado. Continuamente a legitimidade da história da filosofia é colocada em dúvida e, como aponta Gueroult, sua causa reside no fato de que, por conta do sentimento ingênuo de que a filosofia é uma ciência (ou se assemelha a ela), e esta só é válida em suas facetas mais recentes, então a forma válida de filosofia só pode ser, então, a mais recente. A negação das doutrinas passadas, portanto, seria a afirmação do verdadeiro ato filosófico, livre e autônomo, que não precisa das muletas oferecidas pelo pensamento de épocas passadas. Ora, essas posições ingênuas só podem nos levar à infinita reinvenção da roda e da incapacidade de encontrar material legítimo para nossas investigações atuais no trabalho de pessoas que pensaram muito antes de nós. Para fazer filosofia, nestes critérios, seria preciso ser gênio ou ter algum acesso ao divino. Alexandre Koyré nos lembra, contudo, que a filosofia se ocupa de coisas simples e, por serem simples, são sempre atuais. Ela se ocupa do conhecimento, do ser, do humano e, portanto, as respostas dadas a esses problemas pelos grandes nomes do pensamento permanecem importantes. “A atualidade filosófica vem de tão longe como a própria filosofia”, escreve Koyré.

O pensamento moderno se funda, inicialmente, no pressuposto de que a filosofia é uma atividade humana, não divina, e ela é produzida não apenas por proficiência, mas principalmente por deficiência. Deficiência humana, insuficiência moral e epistemológica, da tomada de consciência de que não temos nenhum acesso direto ao divino, que a verdade não é intuitiva e precisamos adequá-la às nossas próprias condições de inteligibilidade. A filosofia moderna transforma os pressupostos clássicos da filosofia tradicional, que parte do espanto para atingir a contemplação do divino, aproximando o filósofo da própria divindade, mas separando-o do homem comum. Seu ponto de partida é a finitude humana e seus limites. A modernidade transforma a filosofia ao partir de outros pressupostos, trazendo-a dos céus para as ruas, os mercados, para a experiência do homem concreto. Ao questionar os pressupostos aristotélicos – também apropriados pela escolástica –, a tradição é abalada e o edifício filosófico passa a ser reconstruído, mas não sem se servir amplamente dos pressupostos tradicionais, agora, ressignificados. A moral, a política, a epistemologia, a lógica, a metafísica, a estética – todos os ramos tradicionais da filosofia –, na modernidade, são ressignificados, refundados, ampliados.

É com um imenso orgulho que apresentamos este dossiê dedicado à filosofia moderna, contemplando diversas facetas de sua produção, mostrando que o pensamento moderno se desenvolveu a partir de muitos nomes e de diversas maneiras, não se reduzindo a uma univocidade forçada e reducionista e que aquilo que se produziu pode, inclusive,

servir de inspiração para pensarmos nossos próprios problemas. A modernidade se diz de muitos modos.

No artigo que abre esse nosso dossiê, intitulado “Apolo, Dionísio e a tragédia grega no primeiro Nietzsche”, Maria Caroline Belfante busca compreender os conceitos do apolíneo e do dionisíaco – forças opostas mas complementares na constituição da tragédia grega - e a importância desta nas obras iniciais de Friedrich Nietzsche, e como ele identifica na queda e apagamento do conceito de dionisíaco a morte da tragédia e, portanto, a compreensão da riqueza da existência humana no mundo, sendo o homem grego, a partir da tragédia, consciente dos sofrimentos da existência e que cria a arte para suportar o peso da vida mesma.

Em seguida, no artigo intitulado “A autonomia kantiana e sua busca pela racionalidade prática como pressupostos para a parresía foucaultiana”, Raul Greco Júnior e Tiago Eurico de Lacerda exploram as noções kantianas de autonomia, respeito à lei e racionalidade prática, e a parresía de Foucault, vinculando política, filosofia, ética e coragem, relacionando a autonomia kantiana e a busca pela racionalidade prática com a parresía foucaultiana, destacando o espaço público e individual como cenário para o esclarecimento e emancipação social.

No artigo seguinte, intitulado “Kant e Berkeley: aproximações e distanciamentos”, Davi Barroso Braga, tem por objetivo estabelecer aproximações e, principalmente, distanciamentos entre o idealismo transcendental de Kant e o idealismo dogmático de Berkeley, uma vez que a equiparação entre esses pensadores modernos se tornou recorrente ao longo da história da filosofia.

Em seguida, Cristóvão Atilio Viero, em seu artigo intitulado “A divisão de juízos na crítica da razão pura de Kant”, busca apresentar uma breve abordagem do tema presente na filosofia kantiana da separação entre juízos analíticos e sintéticos para, em seguida, analisar e procurar identificar as estratégias usadas por Kant em sua obra. O artigo aponta, a título ilustrativo, algumas implicações trazidas pela atitude crítica, desde a perspectiva da Filosofia Analítica dos séculos XIX e XX, até a refutação desta separação sustentada por Quine em “Dois Dogmas do Empirismo”.

Lorena da Silva Bulhões Costa, no artigo seguinte intitulado “Kant, Rousseau e a modernidade: diferenças entre filosofias e contextos de revolução”, busca relacionar como as formas de pensamento destes dois autores se relacionam com o contexto de revolução no qual estavam inseridos, mostrando que Kant e Rousseau, por mais que possuam semelhanças se distinguem, pois partem de concepções diferentes sobre o Estado e, portanto, chegam a diferentes conclusões em suas reflexões.

A seguir, Lucas Mello Carvalho Ribeiro em seu artigo intitulado “Rousseau e o cosmopolitismo”, busca apresentar a visão de Jean-Jacques Rousseau sobre o cosmopolitismo, desde o inicial elogio do sentimento cosmopolita à minuciosa crítica desenvolvida em suas principais obras políticas. Mostra que, apesar de em alguns escritos menores de sua juventude, seguindo a posição hegemônica sobre o tema no século dezoito, Rousseau considerava o amor à humanidade a mais nobre virtude que se poderia possuir, ao menos desde o “Discurso sobre a economia política” (1755) este posicionamento é amplamente revisto. Desde então, o cosmopolitismo é visto com desconfiança pelo pensador genebrino, tido como uma “virtude de papel”, uma vez que a humanidade seria um construto por demais abstrato para incitar qualquer tipo de apego verdadeiro. Por fim, propõe-se demonstrar que a crítica de Rousseau ao cosmopolitismo é um corolário necessário de sua recusa do direito natural e de seu conceito de vontade geral.

No artigo seguinte, intitulado “Rousseau iluminista? As trevas das luzes no discurso sobre as ciências e as artes”, Paulo Jonas Lima Piva se pergunta como entender e classificar a reflexão que Rousseau desenvolve em sua obra de estreia na filosofia, a saber, o “Discurso sobre as ciências e as artes” (1750) que, apesar de enfatizar que não são as ciências e as artes

em si mesmas que ele ataca e sim as suas relações deletérias com a virtude e os costumes ao longo da história, não se percebe na sua argumentação o entusiasmo, o otimismo e o comprometimento com a racionalidade humana que uma certa ideia de filósofo iluminista, estereotipada talvez, nos faz esperar.

Em seguida, no artigo intitulado “Essencialmente intraduzível: Locke e a intradutibilidade no ensaio sobre o entendimento humano”, Camila Moreira faz uma reflexão sobre a filosofia da linguagem de Locke e sua aplicação dentro dos estudos da tradução a partir das considerações que o filósofo faz sobre a tradução, especificamente, no livro III de seu ensaio, intitulado “das palavras”. O artigo de Camila recorta, portanto, desse livro aquilo que interessa para uma reflexão filosófica dentro dos estudos da tradução, a saber, a partir da crítica de Locke aos universais e o que ele entende por essências.

No artigo intitulado “Gueroult e a gênese da substância em Espinosa”, Marcio Francisco Teixeira Oliveira escreve sobre a análise que Martial Gueroult faz de dois grupos de proposições e escólios aparentemente incompatíveis da “Ética” de Espinosa. Se nas oito primeiras proposições da “Ética demonstrada segundo a ordem geométrica”, Espinosa fala de substâncias constituídas de um atributo, nas proposições subsequentes ele afirma existir apenas uma substância constituída de infinitos atributos. Na “Ética”, a formulação do monismo confirma a adesão de Espinosa ao método geométrico enunciado no título da obra, porque faz uso do raciocínio que vai dos elementos simples ao todo complexo e porque aplica à Natureza a fórmula que Espinosa já teria usado no “Tratado da Emenda do Intelecto” para falar da gênese da esfera.

Adriana Chimenez Aviles de Lima, em seu artigo intitulado “O sentido de prudência em Espinosa e seu lema *Cautè*” propõe uma análise da noção de prudência que o pensamento de Espinosa apresenta, a partir do seu lema *Cautè*, visto com mais ênfase em sua Correspondência trocada ao longo de seu percurso filosófico, mas também presente em outras obras como o “Tratado teológico-político”, e a “Ética”, nas quais a prudência se desenvolve e opera com suas bases firmadas no campo do conhecimento e da razão, assim como no campo dos afetos e das relações afetivas. O lema *Cautè* pretende orientar o leitor a ter atenção suficiente àquilo que lê e a adquirir uma capacidade leitora que desperte a potência de seu pensamento, resultado de uma ação mais ativa destacada em seu percurso ético.

Em seguida, José Valdir Teixeira Braga Filho em seu artigo intitulado “O tempo da política em Vico: a problemática da concepção de história ideal eterna”, discute a concepção de história ideal eterna na *Scienza Nuova*, (1744), de Giambattista Vico (1688 –1744), com o propósito de explicitar a orientação ética e política da proposta viquiana. Segundo Vico, a história humana segue um percurso de três idades: idade dos deuses, dos heróis e dos homens na qual transcorreu a história do mundo das nações. O que legitima tal distinção, no entender do autor é a forma de organização da vida coletiva, algo que determina, em certo sentido, a natureza humana. No presente trabalho, adota-se como hipótese interpretativa a ideia de que neste conceito há uma crítica à política como dominação. O texto conclui enfatizando uma defesa do Vico “político” contra o “apolítico”.

Por último, Diego dos Anjos Azizi em seu artigo intitulado “A origem do projeto moderno nos *Ensaio*s de Michel de Montaigne” se pergunta pelo sentido do moderno e da modernidade. Onde quer que se fale em modernidade, seu conceito não parece ser muito claro. Na política, na filosofia, nas artes e nas ciências, o conceito parece ser reduzido a alguns autores, obras ou, até mesmo, fatos históricos, fazendo com que o sentido do termo seja arbitrário e circunscrito às disciplinas que dele se servem. O texto procura oferecer uma definição que possa ligar todas as aplicações do conceito, mesmo que por um fio frágil, mas que possa oferecer algum sentido geral. A modernidade e o moderno passam a ser compreendidos como uma experiência própria da temporalidade que se manifesta em diferentes épocas ao longo da história humana. Em seguida o texto apresenta elementos

fundamentais que buscam enquadrar os *Ensaíos* de Michel de Montaigne nas origens da modernidade como uma das expressões originárias tanto da filosofia moderna quanto do projeto moderno.

Esperamos que todas e todos aproveitem os textos desse grande dossiê, dialoguem com eles, critiquem-nos e mantenham o grande debate de ideias em torno do pensamento moderno sempre em movimento.

Diego dos Anjos Azizi  
Thiago Rodrigues